

## CERTIDÃO

Eu, *Joana Maria Martins Pinheiro*, Notária, certifico que: -----

**UM** - A presente certidão, foi extraída da escritura lavrada de folhas **noventa e cinco** a folhas **noventa e cinco verso** do Livro **273-J**, das notas deste Cartório e respetivos documento complementar; -----

**DOIS** - É composta por **dezanove** folhas utilizadas numa das faces, devidamente numeradas e rubricadas, as quais têm aposto o selo branco deste Cartório; -----

**TRÊS** - Está conforme o original. -----

**Praia da Vitória, dezasseis de maio de dois mil e vinte e quatro.** ---



Conta registada sob o n.º **115.**



Joana Pinheiro  
Notária

Livro 273-1

Folhas 95

## ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

No dia *dezasseis de maio de dois mil e vinte e quatro*, no Cartório Notarial a meu cargo, localizado na Rua de Jesus, n.º 30, Praia da Vitória, perante mim, *Joana Maria Martins Pinheiro*, Notária, compareceram como outorgantes:-----  
*António Pedro Ávila Simões*, casado, natural de Nossa senhora da Conceição, Angra do Heroísmo, residente na Rua da Arruda, n.º 64, São Mateus da Calheta, Angra do Heroísmo, titular do cartão do cidadão número 11461666 3ZX8, válido até 25/03/2029, e *Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde*, casado, natural de Nossa Senhora da conceição, Angra do Heroísmo, residente na Canada de Diante, n.º 12-K, Santa Cruz, Praia da Vitória, titular do cartão do cidadão número 12149187 0ZW6, válido até 29/10/2029, que outorgam na qualidade de **membros da Direção** em representação de: -----  
**Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo**, NIPC 512.007.551, com sede na freguesia da Sé, concelho de Angra do Heroísmo. -----

**Verifiquei:**-----

- a) a identidade** dos outorgantes pela exibição dos mencionados documentos de identificação; -----
- b) a qualidade** dos outorgantes, bem como os seus **poderes** para o presente ato, por certidão permanente de registo comercial, consultada no respetivo *site* em 09/05/2024, através do código 7806-2481-5137, e por fotocópias certificadas / públicas formas das atas lavradas das reuniões da assembleia geral, ocorridas em 27/03/2013, 28/06/2021, 28/03/2022, 07/03/2024 e 16/04/2024, documentos que apresentaram. -----

**PELOS OUTORGANTES, nas invocadas qualidades, FOI DECLARADO:** ---

Que, nas Assembleias-Gerais ocorridas em *vinte e sete de março de dois mil e*

20

treze, vinte e oito de junho de dois mil e vinte e um, vinte e oito de março de dois mil e vinte e dois e sete de março de dois mil e vinte e quatro, foi, por unanimidade dos associados presentes, deliberado reformular os atuais estatutos da associação, dando nova redação a todos os respetivos artigos. ---  
Que, em execução do deliberado nas mencionadas reuniões de assembleia-geral, **alteram os estatutos** da associação, os quais passam a ter a redação constante do documento complementar anexo, elaborado nos termos do disposto do n.º 2, do art. 64.º do código do Notariado. -----

**ASSIM OUTORGARAM.** -----

**Arquivo:** -----

- a) *Print* de certidão permanente de registo comercial; -----
- b) Fotocópias certificadas das mencionadas Atas; -----
- c) *Print* do Certificado de Admissibilidade n.º 2024021027, com o código 1328-7468-4836, emitido pelo Registo Nacional de Pessoas Coletivas em 16/04/2024; -----
- d) Documento complementar. -----

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo, *não tendo sido lido o documento complementar por os outorgantes terem declarado conhecê-lo perfeitamente.* -----



A Notária, *Joana Pinheiro*

JP - Conta registada sob o n.º 114P.



Cartório Notarial da Praia da Vitória  
Joana Pinheiro - Notária  
Liv. 233-1 Fls. 98  
Doc.n.º 120 Fls. 437  
Data: 10/5/2024

## ESTATUTOS

### CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGRA DO HEROÍSMO - CCIAH



## CAPÍTULO I

### Organização e fins

#### Artigo 1.º

##### Denominação

A Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, também denominada Associação de Comerciantes, Industriais, Importadores e Exportadores das Ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge, passa a denominar-se Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo - CCIAH, doravante designada Câmara.

#### Artigo 2.º

##### Atribuições e Competências

1. A Câmara não tem fins lucrativos, é de direito privado, sendo o seu objeto a representação, defesa e promoção das empresas suas associadas e se rege pelos presentes estatutos.
2. A fim de prosseguir o seu objeto, são atribuições da Câmara:
  - a) Representar os associados e defender os seus legítimos interesses;
  - b) Estimular um sistema de relações solidárias entre os seus associados;
  - c) Colaborar com os poderes públicos, no prosseguimento de uma adequada política económica regional, sectorial e nacional, consolidando a condição de parceiro estratégico;
  - d) Negociar e celebrar instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho;
  - e) Prestar serviços aos seus associados, nos termos em que se encontre definido pela Direção, nomeadamente prestar apoio jurídico e económico nos termos da lei, desde

que isso não contenda com os interesses de outros associados;

f) Celebrar protocolos e acordos com outras associações ou organismos, desde que se enquadrem no seu objeto;

g) Lançar iniciativas necessárias e praticar tudo quanto possa contribuir para o progressotécnico e económico-social das empresas associadas;

h) Organizar todos os serviços e criar quadros de pessoal indispensáveis ao funcionamento e plena execução dos seus objetivos e finalidades;

i) Filiar-se em organismos ou associações nacionais ou estrangeiras que visem a defesa dos interesses que constituem o seu objeto, e bem assim formar uniões ou federações com as suas congéneres;

j) Organizar ou cooperar na realização de conferências, congressos, exposições, feiras, missões empresariais, no país ou fora dele;

k) promover o ensino superior e de pós-graduação em ciências empresariais ou afins;

l) Promover a divulgação das informações, pareceres e matérias que repute de interesse para os seus associados;

m) Coordenar o exercício das atividades dos setores que associa e protegê-los contra a prática de concorrência desleal ou práticas equivalentes;

n) Constituir ou participar no capital de quaisquer sociedades comerciais de responsabilidade limitada, em agrupamentos complementares de empresas e em agrupamentos europeus de interesse económico, bem como celebrar contratos de associação em participação, de consórcio e em associações;

o) Constituir e administrar fundos destinados a fazer face às necessidades dos seus associados nos termos em que vierem a ser regulamentados;

p) Adquirir, dar ou tomar de arrendamento ou aluguer, os bens necessários às suas atividades;

q) Prosseguir e fomentar a Promoção Turística;

r) Prosseguir quaisquer outros objetivos do interesse dos associados, próprios da

Associação e da Região Autónoma dos Açores.



Artigo 3.º

### **Âmbito e Sede**

1. A Câmara abrange a área das ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge e tem a sua sede em Angra do Heroísmo;
2. A Câmara pode, por simples deliberação da Direção, abrir delegações e/ou núcleos empresariais, na Região Autónoma dos Açores, em qualquer ponto do País e no exterior.

Artigo 4.º

### **Duração**

A duração da Câmara é por tempo indeterminado.

## **CAPÍTULO II**

### **Da admissão de sócios, seus direitos e deveres**

Artigo 5.º

### **Admissão**

1. Podem ser membros da Câmara todas as pessoas, singulares ou coletivas:
  - a) De direito privado, que exerçam atividades comerciais, industriais e de serviços, na área definida no ponto 1 do artigo 3.º;
  - b) Nacionais ou estrangeiras, que mereçam tal distinção pelo seu contributo profissional ou económico para os fins da Câmara ou por serviços relevantes prestados no desenvolvimento sociocultural e económico mereçam tal distinção.
2. Estão excluídas da alínea a) do número anterior, todas as pessoas, singulares e coletivas, de direito privado, que se regem, por qualquer forma, por normas de direito



público.

3. As pessoas singulares ou coletivas, gozam de liberdade para se inscreverem como associados, os quais deverão, desde logo, apresentar os documentos comprovativo do exercício da sua atividade, designadamente cópia da escritura de constituição e/ou cópia da matrícula no registo comercial, no caso de pessoas coletivas e cópia da declaração de início de atividade emitida pela repartição de finanças no caso de pessoas singulares, sob pena de não serem admitidos.

4. A admissão dos sócios previstos no n.º 1 compete à Direção, com recurso para a Assembleia Geral por parte dos não admitidos ou de qualquer sócio que discorde da admissão.

#### Artigo 5.º-A

##### **Categorias de Associados**

1. A Câmara é constituída por um número ilimitado de associados, distribuídos pelas categorias de associados efetivos, honorários e colaborativos.

2. São associados efetivos as entidades de direito privado, que exerçam atividades comerciais, industriais e de serviços, na área definida no ponto 1 do artigo 3.º.

3. São associados honorários as pessoas, singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, que mereçam tal distinção pelo seu contributo profissional ou económico para os fins da Câmara, ou por serviços relevantes prestados no desenvolvimento sociocultural e económico mereçam tal distinção.

4. São sócios colaborativos as pessoas, singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras que, em virtude dos seus conhecimentos ou qualificações, possam prestar uma colaboração de ordem social, económica, científica ou técnica, adequada aos fins associativos.

#### Artigo 6.º

## **Direitos dos associados**

1. São direitos dos associados efetivos:

- a) Participar na constituição e funcionamento dos órgãos sociais da Câmara, nos termos dos presentes estatutos;
- b) Beneficiar do apoio e assistência da Câmara e das iniciativas tomadas no seu âmbito;
- c) Apresentar sugestões e propostas que julguem convenientes para a realização dos fins estatutários;
- d) Receber, da Direção, informações respeitantes ao funcionamento da Câmara;
- e) Utilizar todos os serviços da Câmara e usufruir todos os usuais benefícios e regalias decorrentes da sua existência;
- f) Reclamar e recorrer das deliberações que sejam lesivas dos seus interesses ou dos da Câmara.

2. Os associados só entram em pleno gozo dos seus direitos estatutários, designadamente eleger e ser eleitos para os órgãos sociais e votar nas assembleias gerais, decorrido o período de um ano, sobre a data da sua inscrição de associado.

3. Os sócios honorários e colaborativos têm os direitos e regalias atribuídos aos sócios efetivos no pleno gozo dos seus direitos, exceto o de voto deliberativo em Assembleia Geral e, bem assim, de serem eleitos para os órgãos sociais.

## **Artigo 7.º**

### **Deveres dos Associados**

1. São deveres dos associados:

- a) Cumprir as disposições estatutárias e as deliberações dos órgãos sociais;
- b) Pagar as quotas e joias fixadas pela Assembleia Geral;
- c) Exercer os cargos associativos para que forem eleitos;
- d) Comparecer às Assembleias Gerais e às reuniões para que forem convocados;
- e) Prestar informações e esclarecimentos e responder a inquéritos que lhe sejam

7  
1439  
38

solicitados, sem prejuízo do segredo e ética comerciais ou industriais;

f) Prestar efetiva colaboração a todas as iniciativas tendentes a uma correta realização das finalidades estatutárias;

g) Em geral, contribuir para o bom funcionamento da Câmara, de acordo com as características e potencialidades das suas empresas;

h) Comunicar por escrito à Câmara, a mudança de residência; sede; alterações dos contratos sociais, da gerência ou quaisquer outras que tenham implicações no exercício regular dos direitos associativos.

2. Os associados honorários poderão contribuir com quotas voluntárias cujo valor será de sua iniciativa, e não estão obrigados ao cumprimento dos deveres referidos no número anterior, com exceção dos referidos nas alíneas a); e); f); g) e h).

3. Os associados colaborativos não estão obrigados ao cumprimento dos deveres referidos no número 1 do presente artigo, com exceção dos referidos nas alíneas a); e); f); g) e h).

#### Artigo 8.º

##### **Representação dos Associados**

1. Os associados que sejam pessoas singulares ou coletivas e bem assim as dotadas de Conselho de Administração exercerão os seus direitos sociais por si, nos termos da lei.

2. No caso de pessoas coletivas se pretenderem fazer representar na Câmara nos termos dos Códigos das Sociedades Comerciais e Cooperativo, indicarão por escrito, aquele que as representa no caso de gerência ou administração plurais.

#### Artigo 9.º

##### **Da perda de qualidade de Associado**

1. Perdem a qualidade de associados por decisão unilateral própria os que assim o

desejarem e o comunicarem à Câmara por escrito.

2. Perdem a qualidade de associados por deliberação da Direção - com audição prévia dos interessados - os que:

a) Praticarem atos contrários aos objetivos da Câmara ou suscetíveis de afetar a sua atuação ou o seu prestígio;

b) Deixarem de satisfazer as condições de admissão previstas nos presentes estatutos;

c) Tendo em dívida mais de seis meses de quotas, não pagarem a respetiva quantia no prazo que, por escrito, lhes for concedido.

3. Do deliberado pela Direção nos termos do n.º 2 cabe recurso para a Assembleia Geral, com efeito suspensivo, a interpor pelo sócio diretamente afetado ou por qualquer outro.

4. Os associados retirados ou excluídos perdem todo e qualquer direito ao património social, ficando, além disso, obrigados ao pagamento das quotas respeitantes a todo o período que vá até ao mês da retirada ou da exclusão, inclusive.

### **CAPÍTULO III**

#### **Da Constituição dos Órgãos Sociais**

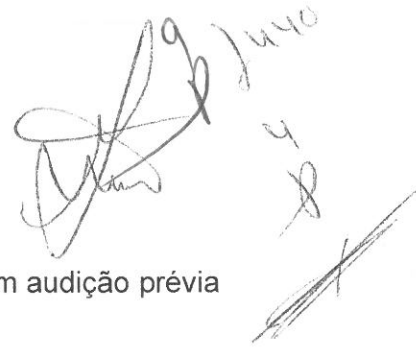
##### **Artigo 10.º**

##### **Órgãos da Câmara**

1. Os órgãos sociais da Associação são a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal.

2. Nenhum associado terá assento em mais do que um órgão.

3. Em cumprimento do disposto no número anterior, entende-se que no caso de existirem associados que pertençam a um grupo de empresas, estes só poderão ter assento em um órgão.



## Artigo 11.º

### **Exercício de Cargos**

1. Os cargos para os órgãos sociais só podem ser exercidos por quem tenha as suas quotas e contribuições em dia e esteja em pleno gozo dos seus direitos.
2. No caso de impedimento definitivo de membro efetivo, pessoa singular ou coletiva, proceder-se-á à designação de substituto de entre os suplentes eleitos, o qual exercerá o respetivo cargo até o final do mandato em curso.
3. Em cumprimento do disposto no número anterior, não poderá o membro impedido nomear, ele próprio, um substituto para o representar, sendo obrigatório sempre designar um substituto de entre os suplentes eleitos.
4. O exercício de qualquer cargo é gratuito.

## Artigo 12.º

### **Duração do Mandato**

1. A duração do mandato é de 3 anos, podendo os respetivos titulares ser reeleitos, uma ou mais vezes.
2. Sem prejuízo do disposto do número anterior, o associado que se candidate a Presidente da Direção só pode ser eleito para dois mandatos consecutivos.
3. No caso de renúncia ao mandato, o Presidente da Direção não pode candidatar-se nas eleições imediatas, nem nas que se realizem no triénio imediatamente subsequente à renúncia.
4. As eleições realizar-se-ão durante o mês de abril em dia a designar pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral com a antecedência de 30 dias, nos termos do Regulamento Eleitoral.
5. O mandato inicia-se no 1.º dia útil decorridos que sejam dez dias sobre o ato eleitoral.
6. Em caso de destituição ou demissão dos órgãos sociais ou da vacatura de maioria dos seus membros, deverão realizar-se no prazo de 45 dias eleições para os titulares

dos órgãos sociais que iniciarão novo mandato.

7. Os órgãos demitidos, ou em vacatura da maioria dos seus membros, manter-se-ão em funções com poderes de mera gestão corrente.

8. Não se realizarão eleições se os factos ocorridos no número 6 deste artigo tiverem lugar, no último trimestre do mandato. Neste caso os membros dos órgãos manter-se-ão em funções, com poderes de mera gestão corrente, até à tomada de posse dos novos corpos sociais, sob penade incorrerem em responsabilidade civil.



## **CAPÍTULO IV**

### **Do Processo Eleitoral**

Artigo 13.º

#### **Regulamento Eleitoral**

O processo eleitoral para os órgãos sociais da Câmara é regulado por um regulamento eleitoral.

## **CAPÍTULO V**

### **Assembleia Geral**

Artigo 14.º

#### **Composição**

A Assembleia Geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos, sendo a respetiva mesa composta por um Presidente, dois Vice-presidentes e dois Vogais.

Artigo 15.º

#### **Competências da Assembleia-Geral**

12

1. Compete à Assembleia Geral:

- a) Eleger a sua Mesa, a Direção e o Conselho Fiscal;
- b) Deliberar sobre a aprovação do relatório e contas de cada exercício;
- c) Destituir os titulares dos órgãos sociais, desde logo elegendo uma comissão diretiva com a incumbência de, até nova eleição, gerir os interesses da Associação;
- d) Deliberar sobre alterações estatutárias e sobre a dissolução da Associação;
- e) Autorizar que pela Associação sejam demandados judicialmente os titulares de cargos associativos por factos praticados no exercício das respetivas funções;
- f) Conhecer, em recurso, de matérias sobre as quais a Direção haja decidido;
- g) Fixar as quotas e quaisquer outras contribuições sociais;
- h) Deliberar a adesão a uniões, federações, confederações ou outros organismos afins e bem assim sobre a matéria a que se refere a alínea *i*) do n.º 2 do artigo 2.º;
- i) Arbitrar, se as circunstâncias o impuserem, qualquer eventual conflito surgido no seio da Associação;
- j) Deliberar sobre o destino a dar ao seu património, em caso de extinção;
- k) Deliberar sobre as atribuições da Câmara previstas nas alíneas *o*); *n*) e *p*) do n.º 2 do artigo 2.º dos presentes Estatutos;
- l) Deliberar sobre alterações ao Regulamento do Conselho Estratégico, documento anexo aos presentes Estatutos;
- m) Deliberar sobre qualquer outro assunto que lhe seja submetido.

Artigo 16.º

### **Reuniões da Assembleia Geral**

1. A Assembleia Geral reunirá ordinariamente até 31 de março de cada ano para apreciar o relatório e contas da Direção e o respetivo parecer do Conselho Fiscal relativos à gerência do ano findo e para eleição dos corpos sociais, quando for caso disso, até 30 de abril, sempre depois da Assembleia Geral de apresentação de relatório

e contas, em dia a designar pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com trinta dias de antecedência.

2. A Assembleia Geral reunirá extraordinariamente sempre que o Presidente da mesa a convoque, por iniciativa própria ou a solicitação da Direção, do Conselho Fiscal ou de um quarto dos associados inscritos no pleno gozo dos seus direitos.

## Artigo 17.º

### Convocatória e Deliberações

1. No funcionamento da Assembleia Geral observar-se-ão as seguintes regras:

- a) A convocação deverá ser feita por aviso postal, dirigido a cada um dos associados com a antecedência mínima de oito dias, no qual se indicarão o dia, a hora e o local de reunião, bem como a respetiva ordem de trabalhos e deverá ser publicada com a antecedência mínima de três dias no jornal mais lido da localidade da sede da Câmara;
- b) Não poderão ser tomadas deliberações sobre matéria estranha à ordem de trabalhos, salvo se todos os associados estiverem presentes e concordarem com o aditamento;
- c) A Assembleia Geral somente poderá funcionar, em primeira convocatória, desde que estejam presentes, pelo menos, metade dos associados;
- d) Não se verificando o condicionalismo previsto na regra anterior, poderá a Assembleia funcionar com qualquer número de sócios, em segunda convocação, trinta minutos depois a hora marcada para a primeira;
- e) As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta de votos dos sócios presentes, ressalvadas as exceções decorrentes de normas legais imperativas e destes estatutos;
- f) Cada associado tem direito a um voto.

2. Os associados que sejam sociedades far-se-ão representar por um membro dos seus corpos gerentes.

3. Tanto o representante das sociedades como um associado singular podem

19

mandatar qualquer outro associado para que o represente em Assembleia Geral.

4. Tanto a representação das sociedades como a dos participantes da Assembleia comprovar-se-á por carta dirigida ao Presidente da mesa da Assembleia.

## **CAPÍTULO VI**

### **Da Direção**

#### **Artigo 18.º**

##### **Composição**

1. A Direção é composta por sete membros efetivos, sendo um Presidente, e seis vice-presidentes, e pelos Presidentes das Comissões Executivas dos Núcleos Empresariais das ilhas de São Jorge e Graciosa, se constituídos.
2. São ainda eleitos sete membros suplentes, que por ordem constante na lista de candidatura, substituirão os representantes de qualquer dos membros efetivos nas suas faltas ou impedimentos definitivos.
3. No caso de impedimento ou ausência temporária do Presidente, será este substituído pelo Vice-Presidente que ele indicar.
4. Em caso, de empate em deliberação, o Presidente, ou quem o substitua, terá voto de qualidade.

#### **Artigo 19.º**

##### **Atribuições**

São atribuições da Direção:

- a) Representar e gerir a Câmara;
- b) Criar, organizar e dirigir os serviços da Câmara;
- c) Deferir ou indeferir a inscrição de associados;
- d) Dar cumprimento às disposições legais e estatutárias e às deliberações da

15/04/23  
*[Handwritten signature]*

Assembleia Geral;

- e) Celebrar acordos e protocolos com entidades equiparadas e/ou organismos oficiais;
- f) Indicar os seus representantes junto dos organismos oficiais ou outros;
- g) Submeter ao parecer do Conselho Fiscal e apresentar à Assembleia Geral, em cada ano, o relatório e contas da gerência do ano anterior;
- h) Submeter à apreciação da Assembleia Geral as propostas que se mostrem necessárias;
- i) Em geral, praticar tudo o que for julgado conveniente para a prossecução dos fins estatutários da Câmara.

#### Artigo 20.º

##### **Reuniões e deliberação**

1. A Direção reunirá, no mínimo, quinzenalmente e sempre que o julgue necessário, ou quando for convocada pelo Presidente e funciona validamente estando presente a maioria dos seus membros.
2. As deliberações são tomadas por maioria de votos.

#### Artigo 21.º

##### **Vinculação da Câmara**

1. Para obrigar a Câmara são necessárias e bastantes as assinaturas de dois membros da Direção.
2. Em atos de mero expediente é bastante a assinatura de um dos membros da Direção.

#### Artigo 22.º

##### **Grupos de Trabalho e Comissões Sectoriais**

1. Para o estudo e eventual resolução de assuntos específicos dos diversos sectores de atividades, a Direção poderá criar grupos de trabalho e também comissões setoriais;

2. Os grupos de trabalho e as comissões sectoriais serão mandatadas para, em nome da Direcção, conduzirem negociações, participarem nelas ou resolverem problemas concretos que demandem ação direta;
3. O mandato dos grupos de trabalho e das comissões sectoriais tem a mesma duração do mandato da Direcção em exercício;
4. Os grupos de trabalho e as mesas sectoriais atuam em nome da Direcção e sob a responsabilidade dela, que com eles responde solidariamente perante a Assembleia Geral.

## **CAPÍTULO VII**

### **Do Conselho Fiscal**

Artigo 23.º

#### **Composição**

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente e dois Vogais.

Artigo 24.º

#### **Competências**

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar, sempre que o entenda conveniente, a escrita da Câmara e fiscalizar os atos da Direcção e os serviços;
- b) Dar parecer sobre o relatório e contas anuais da Direcção e sobre quaisquer outros assuntos que lhe sejam submetidos;
- c) Velar pelo cumprimento das disposições estatutárias;
- d) Propor as iniciativas que entenda de interesse para a Câmara submetendo-as à Direcção ou à Assembleia Geral.

## **CAPÍTULO VIII**

## Dos Núcleos Empresariais

### Artigo 25.º

#### Constituição de Delegações e Núcleos Empresariais

1. Em execução do artigo 3.º, n.º 2, a Direcção poderá criar delegações nas áreas territoriais em que elas se mostrem convenientes.
2. Poderão ainda ser constituídos nas ilhas de São Jorge e Graciosa, Núcleos Empresariais, englobando os associados que exerçam a sua atividade em cada uma das respetivas ilhas, e aí tenham domicílio, sede ou representação permanente.
3. A constituição e funcionamento desses Núcleos, reger-se-á por regulamento a aprovar em Assembleia Geral.

## CAPÍTULO IX

### Regime financeiro

### Artigo 26.º

#### Receitas

Constituem receitas da CCI AH, designadamente:

- a) As quotas, joias e outras contribuições fixadas pela Assembleia Geral;
- b) As taxas estabelecidas pela Direcção devidas pela prestação de serviços ou para comparticipação nas despesas originadas pela organização ou realização de eventos;
- c) O rendimento de bens próprios e o produto da sua alienação;
- d) As contribuições voluntárias dos associados;
- e) As doações, heranças e legados;
- f) Os subsídios e outras formas de apoio concedidos à Associação por pessoas de direito público ou privado.

### Artigo 27.º

18  
✍

## **Despesas**

Constituem despesas da CCIAH, designadamente

- a) As retribuições do pessoal e de todos os seus colaboradores;
- b) Os encargos inerentes à manutenção da sede da Associação, dos seus diversos departamentos e de quaisquer outras dependências ou serviços pertencentes à Associação ou por ela administrados;
- c) As participações que advenham da sua filiação em outros organismos;
- d) Todos os demais encargos necessários à prossecução dos fins estatutários.

## **CAPÍTULO X**

### **Da dissolução**

Artigo 28.º

#### **Extinção**

- 1. A Associação extingue-se nos termos das disposições legais aplicáveis.
- 2. A Assembleia que deliberar ou verificar a extinção da Associação determinará o destino a dar ao património e designará a comissão liquidatária.

## **CAPÍTULO XI**

### **Disposições gerais**

Artigo 29.º

#### **Calendário**

O ano social coincide com o ano civil.

Artigo 30.º

#### **Dever de Confidencialidade**

445  
19

Os titulares dos órgãos associativos da Câmara e todos os seus colaboradores bem comofuncionários e mandatários estão obrigados ao dever de sigilo.

Artigo 31.º

**Entrada em vigor**

1. Uma vez aprovados, os presentes estatutos e regulamento eleitoral entram imediatamente em vigor.
2. O regulamento do Conselho Estratégico entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação.